



JUNHO 2022 Nº1

ENFERMAGEM EM LUTA



**Boletim
do Bloco de Esquerda
para o setor
da enfermagem**

Do que precisa a enfermagem? Podemos esperar?



O Partido Socialista começa um novo mandato com muitas questões por resolver. Da não contagem dos pontos para efeitos de progressão, que colocam a grande maioria de nós na base da carreira, até à desvalorização da profissão e aos baixos salários que persistem ou à falta de recursos humanos nos serviços.

Mas há também novos novos desafios. A inflação (melhor cenário: 6% em 2022), equivale a um corte salarial de 5% para os enfermeiros. Já somos dos mais mal pagos nos países da OCDE e (descontando as palmas e a final da liga dos campeões...) o nosso enorme esforço durante a pandemia é recompensado com um corte de salário. Nós merecemos mais.

Não há cuidados de saúde de qualidade com enfermeiros mal pagos. Não é com uma política de constante desmotivação e desmoralização que se cria equipas sólidas e estáveis. Os cuidados de qualidade precisam de políticas que retenham o enorme talento que temos.

O Bloco de Esquerda conhece o meio, quer mudar o paradigma e juntar forças com todos os intervenientes da luta pelos direitos de quem trabalha. A edição regular deste boletim é um passo nesse caminho.

MUITO CAMINHO PELA FRENTE

Os enfermeiros levam muitos anos de luta em defesa da profissão e da qualidade dos serviços de saúde. Conseguiram vitórias importantes, mas muito continua por fazer.

Os atuais problemas da enfermagem começaram com a introdução do modelo EPE e os contratos individuais de trabalho (CIT). A imposição das ideias liberais - reduzir os direitos e salários dos trabalhadores, colocando uns contra outros em concorrência -, criou uma classe de enfermeiros sem carreira, a trabalhar mais horas e com menos direitos laborais. A luta sindical e a intervenção política do Bloco de Esquerda contribuíram de forma decisiva para a redução das desigualdades entre os enfermeiros CIT e enfermeiros funcionários públicos, através da:

- Garantia de 35h para todos (o PS apenas estava disposto a devolver a quem já as tinha pré-troika, deixando de fora os enfermeiros CIT);
- Reposição do pagamento integral das horas de qualidade e horas extraordinárias;
- Harmonização de salários, carreiras e processos de avaliação.

Mas ainda são muitos os pontos por resolver na profissão. Este impasse atrasa a vida de milhares de enfermeiras e enfermeiros e condena o SNS a uma existência de precariedade e falta de pessoal, com degradação da qualidade dos serviços prestados à população.

APAGÃO DOS PONTOS PARA EFEITOS DE PROGRESSÃO

Cerca de 70% dos enfermeiros encontra-se na base da carreira. As chefias não têm reconhecimento salarial, há chefes de serviço com ordenados líquidos inferiores a recém-licenciados. Os enfermeiros com especialidade, no exercício das suas competências, não vêm reconhecida a sua formação, pois não estão integrados na respetiva categoria. As quotas são injustas e significam que só na próxima geração haverá novas entradas para a categoria. É assim abandonada toda uma geração de enfermeiros, em nome de uma política que corta no essencial.

A ATUAL CARREIRA NÃO FOI NEGOCIADA, MAS SIM IMPOSTA DE FORMA AUTORITÁRIA

As carreiras devem ser construídas com os trabalhadores, de baixo para cima. Não impostas de cima para baixo. Os enfermeiros sabem o que precisam para crescer de forma profissional, precisam de uma carreira e sistema de avaliação que estimule o desenvolvimento de competências, feita para recompensar quem se excede e não apenas para atrasar a progressão de todos.

UM SNS ABERTO, COM MOBILIDADE E DIREITOS

Este sistema de ilhas EPE, torna impossível qualquer adaptação aos novos contextos de vida. Se uma enfermeira mudar de casa, perde a carreira se tentar mudar de hospital. É injusto, imoral e um incentivo ao desperdício ambiental.

ESTATUTO DE RISCO E PENOSIDADE DO TRABALHO POR TURNOS

A pandemia demonstrou que temos de tornar central nas nossas exigências o reconhecimento do estatuto de risco e penosidade da nossa profissão e a reforma antecipada para quem trabalha por turnos. Estar na linha da frente, com os riscos que isso acarreta (exposição epidemiológica, agressão física...), não pode ser apenas recompensado com palmas ou finais da liga dos campeões. Aproveitar as competências e experiência dos enfermeiros especialistas. É urgente repensar o modelo de prestação de cuidados, redefinindo os papéis sociais da saúde. Os enfermeiros podem assumir novas funções e responsabilidades, com o devido reconhecimento salarial, libertando os médicos para funções mais complexas.

GRUPOS PRIVADOS DE SAÚDE

O negócio vai bem, a saúde nem tanto



A faturação e os lucros dos grupos privados da saúde não param de aumentar. Em 2019, os três maiores grupos obtiveram lucros perto dos 60 milhões de euros, valor já ultrapassado em 2021.

Os donos do grupo Lusíadas, o gigante americano da United Health, apresentaram lucros de 17 mil milhões de euros. Estes lucros, com tendência crescente, não impedem que estas empresas sejam tragicamente conhecidas por más práticas laborais:

- Recusa em pagar as horas de qualidade, oferecendo um subsídio de turno que fica muito aquém daquilo que os enfermeiros receberiam caso recebessem o valor justo das horas de qualidade;
- A recusa das 35 horas semanais;
- Retirada de dias de férias e o desconto de tempo do banco de horas;
- Os bloqueios à conciliação da vida profissional

com a vida pessoal, recusando cumprir a lei da parentalidade;

- Incumprimento dos rácios recomendados pela Ordem dos Enfermeiros, o que obriga os enfermeiros a trabalhar acima das 40 horas;
- Desrespeito pelo estatuto de trabalhador-estudante, tentando impedir o desenvolvimento profissional dos enfermeiros;

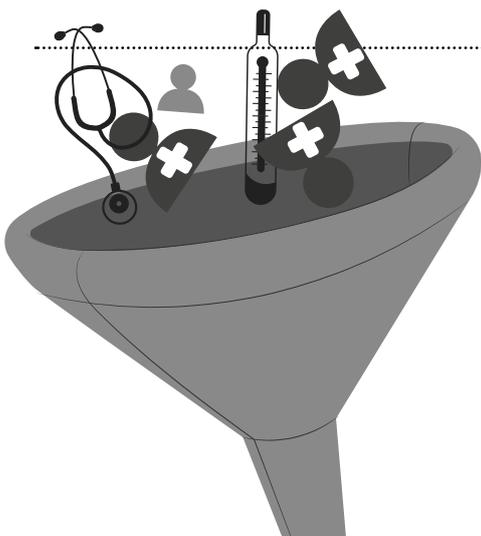
A coação sobre os enfermeiros é inaceitável, com entraves ilegais à atividade sindical e da Ordem dos Enfermeiros.

Não podemos manter este sistema, em que o nosso trabalho serve para alimentar um lucro cada vez maior, enquanto os nossos direitos e salários estão estagnados. Enquanto ajustam preços à subida da inflação, estes grupos não sobem salários. Também no privado, são os enfermeiros e os restantes trabalhadores a pagar a crise, com um corte salarial de, pelo menos, 5%.

Bloco questiona Governo sobre carreira de enfermeiro especialista

Marta Temido decidiu que apenas 1378 enfermeiros podem progredir para a categoria de enfermeiro especialista e mantém uma quota de 25% de enfermeiros especialistas nos serviços. Milhares de profissionais ficam assim excluídos das categorias em que já deviam estar posicionados e fica sem resposta

a necessidade de enfermeiros gestores nas unidades funcionais do SNS. As vagas para progressão na carreira nos cuidados de saúde primários e no serviço de emergência dizem tudo sobre a política do ministério: 32 vagas para progressão nos cuidados de saúde primários e zero vagas no INEM.



Área Metropolitana de Lisboa

Sob a pandemia, generalizou-se o abuso sobre os enfermeiros, pior ainda nos hospitais geridos em PPP.

Dias difíceis nos hospitais



Luís Mós

Enfermeiro, Coordenador regional de Lisboa do SINDEPOR

Os profissionais de Saúde nos hospitais da região de Lisboa viveram mudanças drásticas ao longo destes dois últimos anos. Enfrentaram uma pandemia que colocou em causa direitos laborais, sobrecarga horária que nalguns casos rondou as 60 horas semanais, sem respeito pelos períodos de descanso, horas extraordinárias além do limite das 150 anuais. Muitos profissionais atingiram a exaustão e “burnout”, com aumento da taxa de absentismo que nalguns grupos profissionais atingiu os 15%.

Todos estes fatores, individualmente ou em conjunto, contribuíram para escalar situações laborais ilegais, suportadas pela “impunidade” dos sucessivos estados de emergência (173 dias seguidos) e de calamidade decretados, que implicaram a suspensão parcial do exercício de direitos e garantias. Neste contexto, houve profissionais que viram suspensas as férias programadas, fundamentais para carregar energias e para o necessário equilíbrio psicológico.

O direito ao subsídio extraordinário de risco no combate à pandemia da COVID-19 (portaria nº 69/2021),

muito espartilhado, excluiu inúmeros profissionais, apesar de prestarem cuidados a estes doentes. Em hospitais públicos geridos em Parceria Público-Privadas (Vila Franca de Xira e Loures) não foi atribuído este subsídio aos profissionais, medida completamente injusta e injustificável. O hospital de Vila Franca de Xira regressou à gestão pública em junho de 2021, após o Grupo Mello Saúde ter recusado continuar a gerir este hospital.

Os profissionais com Contratos Individuais de Trabalho (CIT) foram reintegrados no novo regime jurídico (EPE), mas não na sua plenitude. O governo PS, que deveria ter acutelado essa transição, por incúria não criou uma comissão para acompanhar esta transferência nos 180 dias anteriores à mudança, criando um clima de entropia generalizado. A elaboração de um Regulamento Interno do Hospital, que deveria ter sido feita nos primeiros 180 dias (Art.º 11 do Dec. Lei 33/2021), ainda não viu a luz do dia. Na prática, os profissionais continuam com a carga horária de 40h/semanais, em vez de 35h/semana, turnos extraordinários sem prévio consentimento do trabalhador, sendo esta prática absorvida como normal “cultura empresarial” do hospital.

LOURES: LIBERALISMO SELVAGEM

Situação mais preocupante foi o

que aconteceu ao Hospital de Loures onde imperou o mais selvagem liberalismo empresarial dos últimos dez anos. Foi criado de raiz, iniciando a sua atividade em janeiro de 2012 sendo composto na totalidade por profissionais com Contratos Individuais de Trabalho, tendo passado a EPE em janeiro de 2022.

O Grupo Luz Saúde trata este hospital como uma instituição de aprendizagem, formando profissionais a custo zero para satisfazer as necessidades das suas unidades privadas. Isso ficou à vista quando este grupo privado deixou de explorar o hospital, entregando ao Estado uma instituição sem quadros médicos e de enfermagem suficientes, sendo a situação mais crítica nas áreas de Anestesiologia, Cirurgia Geral, Ortopedia e Obstetrícia. Estas condicionantes levaram ao cancelamento de cirurgias programadas, à transferência de grávidas para outras unidades hospitalares e a planos de contingência quase diários. Durante esse período, nunca houve pagamento de horas extraordinárias, os horários foram elaborados apenas com a duração de duas semanas, com saídas da Urgência Geral às duas da madrugada. Com a passagem para a esfera EPE, as 40 horas semanais mantêm-se, tal como a falta de pagamento das horas de qualidade.



VALORIZAR A PROFISSÃO

Aberta a negociação, não tirar o pé da luta

Os enfermeiros/as portugueses são os quintos mais mal pagos entre os 38 membros da OCDE.



Fernanda Lopes

Enfermeira, dirigente do SEP Aveiro

Passados que estão tantos anos após a Troika, parece, por ora, estar próximo o processo negocial por que todos ansiamos e exigimos. No curso do tempo, poucas das nossas expectativas se concretizaram, por escolha política dos Governos PS, tanto no sector da saúde como, em geral, na Administração Pública.

Portugal continua abaixo da média no que respeita ao rácio de enfermeiros por mil habitantes. Em 2019 esse rácio era de 7,1 enfermeiros, quando a média dos países da OCDE é de 8,8. A enfermagem é uma profissão maioritariamente feminina, relativamente jovem e, por regra, mal paga. Os enfermeiros/as portugueses surgem como os quintos mais mal pagos entre os 38 membros da OCDE. Esta situação conduziu, nas últimas duas décadas, à perda continuada de profissionais, que seguem o velho trilho da emigra-

ção para países que reconhecem o seu valor e estabelecem contratos de trabalho dignos e emancipatórios.

A situação dos enfermeiros/as reflete o estado da Saúde no nosso país: desinvestida, desmembrada e desmotivada.

No passado dia 12 de maio, comemorou-se o Dia Internacional do Enfermeiro. Nesse mesmo dia, foi apresentado um Estudo Nacional sobre as Condições de Vida e de Trabalho dos Enfermeiros em Portugal, que revelou que mais de 16% destes profissionais trabalham mais de 70 horas por semana. Este trabalho concluiu também que mais de metade dos Enfermeiros/as pretende antecipar a reforma e que 65% já equacionou mudar de profissão, em virtude das péssimas condições de trabalho a que estão sujeitos.

A situação de franca desmotivação e revolta dos enfermeiros não mudará sem a transformação da organização de trabalho. Assim,

dos vários problemas com que estamos confrontados, torna-se imperiosa a criação de uma carreira única para todos os Enfermeiros, capaz de:

- Valorizar definitivamente o trabalho, as competências e as responsabilidades de todos os Enfermeiros nos serviços de saúde;
- Consagrar um sistema de avaliação do desempenho transparente, equitativo e justo, promotor da formação profissional e dinamizador do desenvolvimento profissional e salarial;
- Eliminar as injustiças e desigualdade, compensando o risco e a penosidade inerentes à profissão, nomeadamente através de condições especiais para a aposentação.

Estando aberto o processo negocial relativo a um diploma específico para os enfermeiros, o principal sinal ao Ministério da Saúde é que não iremos tirar o pé da luta social e política, apontando a estratégias e soluções reais que dignifiquem a profissão e contribuam para a democratização e robustecimento do nosso Serviço Nacional de Saúde.

04

esquerda.net/saude

CONTACTA-NOS

Para participares no espaço de enfermeiras e enfermeiros do Bloco, para esclarecer dúvidas ou denunciar situações de abuso, envia-nos um email para bloco.esquerda@bloco.org

SEGUIE-NOS:    

N.º 2 | JUNHO 2022
ESQUERDA SAÚDE

**O NEGÓCIO VAI BEM
a saúde nem tanto**

